

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: PE 044/2022

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC EM MINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, por meio do Pregoeiro e da Comissão Permanente de Licitação (CPL), designados pela Portaria nº 017/2022, torna público que promoverá a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**.

Destaca-se que apesar das disposições constantes no sistema Comprasnet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC, aprovada pelas Resoluções Senac nºs. 958/2012, 1.144/2020, 1.187/2022 e 1.205/2022 do Conselho Nacional do Senac. Ademais, o atendimento ao Decreto 10.024/2019 se dá meramente pela utilização do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, segundo as regras e condições abaixo:

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Tipo de licitação: Menor preço.

1.2. Critério de julgamento: Menor preço por **item**.

1.3. Processo de referência: 1231/2022.

1.4. A presente licitação será formalizada por intermédio de **Contrato**.

1.5. A Assessoria de Licitação, Sede Administrativa do Senac em Minas, está localizada na Rua dos Tupinambás, nº 1086/7º andar, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.120-076.

1.6. O horário de funcionamento da Assessoria de Licitação: Segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h às 17h.

1.7. Alegações de desconhecimento dos termos e condições deste Edital, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de HABILITAÇÃO e/ou PROPOSTA COMERCIAL.

1.8. Este Edital e todos os documentos e informações referentes a esta licitação serão disponibilizados, no Portal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Minas Gerais – www.mg.senac.br e Portal de compras do Governo Federal.

1.8.1. Para consulta por meio do Portal de compras do Governo Federal, acessar o site http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/Lista_Pregao_Filtro.asp?Opc=0 e preencher os dados referente a licitação (Cód UASG e Número Pregão).

1.8.2. Código UASG: 389511.

1.9. NÃO SE APLICA À PRESENTE LICITAÇÃO AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para alunos, estagiários e ex-alunos em atividade/representação pelo SENAC em Minas, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, sendo os seguintes:

ANEXO I: Termo de referência;

ANEXO II: Planilha de preço estimado;

ANEXO III: Proposta Comercial;

ANEXO IV: Minuta do Instrumento Contratual.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, somente poderão participar do certame as empresas que atuem em ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

3.1.1. Não poderão participar da presente licitação as empresas que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac em Minas, bem como aquelas que estiverem sob o regime de falência, liquidação, dissolução ou recuperação extrajudicial ou judicial, sendo que para essa última deverá ser observado o disposto no item abaixo.

3.1.1.1. A participação de empresas que estejam em recuperação judicial somente será permitida se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e desde que observadas as demais condições de habilitação.

3.2. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

4. ABERTURA

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada de acordo com as Resoluções SENAC nº 958/2012, 1.144/2020, 1.187/2022 e 1.205/2022.

4.1.1. Recebimento das Propostas: a partir da data de publicação, até às 09h do dia 01/11/2022 (primeiro de novembro de dois mil e vinte e dois).

4.1.2. Abertura das Propostas e Início da Sessão Pública de Disputa de Preços: às 09h do dia 01/11/2022 (primeiro de novembro de dois mil e vinte e dois).

4.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

5. PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS

5.1. O pedido de impugnação para apontamento de eventuais irregularidades e vícios, bem como o pedido de esclarecimento a respeito dos termos e condições deste Edital, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro e CPL do Senac em Minas devidamente identificado e assinado (nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail), exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@mg.senac.br até 27/10/2022 (vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e dois), no horário de funcionamento da Assessoria de Licitação, conforme item 1.6, sob pena de não acolhimento.

5.1.1. A CPL não se responsabilizará pelos e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos dentro do prazo.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo estipulado. A impugnação e/ou o pedido de esclarecimento apresentados ao Pregoeiro e CPL, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

5.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, em até 24 horas de antecedência da sessão licitatória, devendo as licitantes interessadas acompanhar as possíveis alterações.

5.4. As respostas das impugnações e dos esclarecimentos não constituirão motivos para alterar a data e hora da Sessão Pública de Disputa de Preços da Licitação, salvo se as referidas respostas afetarem na formulação das propostas.

6. CADASTRAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão eletrônico.

6.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as licitantes previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), por meio do site: www.gov.br/compras.

6.3. O cadastramento dar-se-á pela atribuição de chaves de identificação e de senhas individuais fornecidas pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), cabendo à licitante a responsabilidade de informar-se a respeito do funcionamento do SICAF, para a correta utilização.

6.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Senac em Minas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O Senac em Minas não é unidade cadastradora. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do Portal de compras do Governo Federal as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

6.7. O credenciamento implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

7. CONEXÃO COM O SISTEMA

7.1. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico acima citado, mediante digitação de sua senha privativa (**emitida nos termos do item 6 deste Edital**) e subsequente encaminhamento de documentos de habilitação e proposta comercial inicial, exclusivamente por meio do referido sistema eletrônico, observadas datas e horários limites

estabelecidos neste Edital.

7.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

7.3. Incumbirá, ainda, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O Senac em Minas não se responsabilizará por quaisquer manifestações não recebidas em tempo hábil, em qualquer etapa do presente processo, em função de problemas oriundos do sistema operacional.

8. PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para recebimento das propostas, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2. O valor proposto englobará todas as despesas relativas ao objeto licitado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, tarifas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

8.3. A proposta deverá atender fielmente a este Edital e Anexos, considerando os prazos, condições de entrega ou execução, garantia (quando houver) e demais condições exigidas.

8.4. Cada empresa deverá apresentar apenas uma proposta.

8.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas neste Edital.

8.6. Até o horário previsto para recebimento das propostas constante no item 4.1.1, deste Edital, os interessados poderão retirar ou substituir suas propostas iniciais no sistema.

8.7. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante não lhe cabendo a desistência.

9. ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. Findo o período de recebimento das propostas comerciais, o Pregoeiro do Senac em Minas dará início a etapa competitiva, de acordo com o horário previsto no sistema.

9.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas comerciais em ordem crescente.

9.2.1. Na hipótese de haver propostas comerciais com preços iguais, prevalecerá como de menor preço, a que tiver sido primeiramente registrada.

9.2.2. Todos os preços das propostas comerciais serão considerados como lances na etapa competitiva.

9.2.3. Será considerada como primeiro lance a proposta de MENOR PREÇO.

9.2.4. Não havendo lances, o sistema automaticamente realizará o sorteio entre as propostas empatadas.

9.3. Na etapa competitiva os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, isto é, somente serão aceitos novos lances enviados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

9.5. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor preço, o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.6. Os lances ofertados serão no PREÇO TOTAL, sendo consideradas **somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula.**

9.7. Durante o transcurso da etapa competitiva, o sistema disponibilizará em tempo real, o preço do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances às demais licitantes.

9.7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 9.7.2, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 9.7.5.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela CPL, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.8.** Encerrado o tempo normal, o sistema enviará um aviso na tela e um letreiro intermitente que alertará sobre o encerramento da disputa.
- 9.9.** O sistema informará a proposta de **MENOR PREÇO** imediatamente após o encerramento da etapa competitiva.
- 9.10.** No caso de não haver lances na etapa competitiva, serão considerados os preços obtidos na fase de “Abertura das Propostas Comerciais”.
- 9.11.** A perda de conexão com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, pelo Pregoeiro, não inviabiliza a continuidade do certame. O sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes e os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.11.1.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site www.gov.br/compras, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 9.12.** Após o encerramento da etapa competitiva de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o **MENOR PREÇO dentro do valor estimado**, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.12.1.** O Pregoeiro conduzirá a negociação por meio do Sistema Eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.13.** Se a proposta comercial ou o lance de menor preço dentro do valor estimado, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro desclassificará a mesma e, examinará a proposta comercial ou o lance subsequente dentro do valor estimado, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente.
- 9.14.** O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à nova licitante arrematante, que tenha lance subsequente ao lance desclassificado, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.15.** Inexistindo ou sendo desclassificadas todas as licitantes com propostas comerciais dentro dos valores estimados pela entidade, o Pregoeiro em casos excepcionais e justificados, atendendo oportunidade/interesse da entidade, poderá convocar licitantes com propostas comerciais em valores até 10% (dez por cento) acima do valor estimado, para negociação e apresentação de nova proposta comercial, observada a ordenação dos lances/propostas.
- 9.16.** Se, **após a negociação prevista no item 9.15**, não houver a redução da proposta comercial para **valor igual ou inferior ao estimado pela Entidade**, conforme planilha disposta no Anexo II deste Edital, a proposta será desclassificada.
- 9.17.** O sistema eletrônico emitirá ata circunstanciada da sessão, na qual estará registrada a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à “**etapa competitiva**” do **PREGÃO ELETRÔNICO**.
- 9.18.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO**, observados os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS**, obtidos por meio de pesquisa de mercado, e as demais condições deste Edital e seus Anexos.

10.1.1. Os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS** discriminados no **Anexo II** deste Edital serão utilizados na análise do preço ofertado pela licitante, para fins de aceitação ou não da proposta comercial.

10.1.1.1. Não serão aceitas propostas com preço unitário ou total superior ao estimado pela Entidade.

11. PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a **PROPOSTA COMERCIAL** adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do ANEXO III – Modelo de Proposta comercial e a documentação de **HABILITAÇÃO**, **disposta no item 12 deste Edital**, não anexados e/ou irregulares no momento de cadastro, **EM ARQUIVO ÚNICO, no prazo de 02 (duas)**

horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

11.1.1. O Pregoeiro poderá convocar de ofício ou mediante solicitação formal da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para alteração do arquivo inserido, desde que ainda dentro do prazo definido no item 11.1.

11.1.2. Caso a licitante não encaminhe lances na etapa competitiva, o Pregoeiro e CPL poderão utilizar eventual proposta anexada anterior à abertura do certame.

11.2. Todos os documentos deverão ser incluídos no sistema Comprasnet. Não serão considerados os documentos enviados por e-mail.

11.3. A licitante declarada arrematante será desclassificada caso não envie a proposta comercial e a documentação de habilitação no prazo estabelecido no Edital.

11.3.1. Ocorrendo a situação prevista no subitem acima, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **9.13. e 9.15.**, para envio da Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, conforme item **11.1.**

12. HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.1.1. Prova de Registro, no órgão competente, no caso de empresa individual. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente. Para todos os efeitos considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza de atividade comercial e à administração da empresa ou da última alteração consolidada.

12.1.3. Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no subitem acima.

12.2. REGULARIDADE FISCAL:

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

12.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.3. Prova de Regularidade Fiscal com a **Fazenda Estadual** (domicílio ou sede da licitante) **e Fazenda Federal/Seguridade Social** (certidão conjunta) devendo ser apresentadas por meio de CND (Certidão Negativa de Débito), na forma da lei.

12.2.4. Prova de Regularidade Fiscal relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, por meio de Certificado de Regularidade do FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.3.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já forneceu satisfatoriamente bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

12.3.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

12.3.3. O Senac em Minas poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela licitante convocada, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no atestado foi executado.

12.3.4. A licitante deverá apresentar Certidão de Regularidade da seguradora, expedida pela SUSEP (Ministério da Fazenda – Superintendência de Seguros Privados).

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **emitida no máximo nos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação dos documentos de habilitação**, devendo ainda estar dentro do prazo de validade.

12.4.2. Comprovantes e Índices:

12.4.2.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser

extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED.

12.4.2.2. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

12.4.3. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, Lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial.

12.4.4. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

- a) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;
- b) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado na data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

I - Demonstrações de Resultado;

II - Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III - Demonstrações de fluxo de caixa, na forma da lei.

12.4.5. A comprovação da boa situação financeira das Licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

12.4.5.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

12.4.5.2. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

12.4.5.3. ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

12.4.6. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

12.4.7. A licitante que não atingir um dos índices (≥ 1), deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

12.4.8. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

12.5. OS DOCUMENTOS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS OU REGULARES NO SICAF DEVERÃO SER REMETIDOS EM CONJUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL INDICADA NO SUBITEM 11.1, EM ARQUIVO ÚNICO, POR MEIO DA OPÇÃO “ENVIAR ANEXO” DO SISTEMA COMPRASNET, NO MESMO PRAZO ESTIPULADO NO MENCIONADO SUBITEM.

12.6. É facultado ao Pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

12.6.1. Quando do julgamento da habilitação, o Pregoeiro e CPL poderão suprir a eventual omissão ou falha de documentos de habilitação, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação, nos prazos definidos no item 11 - “Proposta Comercial e Documentação de Habilitação”.

12.6.2. As diligências mencionadas no item 12.6. ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade da licitante, fato que ensejará a inabilitação da

empresa e regular prosseguimento do procedimento licitatório.

12.6.3. Adverte-se que alguns municípios e estados não propiciam consultas de regularidade fiscal e cadastro fiscal na internet, hipótese na qual se tornará inviável a promoção da diligência disposta no item **12.6**.

12.7. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" ou inseridos no sistema Comprasnet, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser enviados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro. Estes deverão estar em plena validade na data da sessão pública, devendo ser encaminhados à Assessoria de Licitação do Senac em Minas, localizada na Rua dos Tupinambás, nº 1086/7º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-076, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- **Pregão Eletrônico nº**
- **Razão Social e CNPJ da Empresa:**
- **Telefone:**
- **E-mail:**

12.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.9. Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

12.10. Ocorrendo a desclassificação da licitante, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **9.13. e 9.15.**, para envio da Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, conforme item **11.1**.

13. PROPOSTA COMERCIAL

13.1. A proposta comercial adequada ao último lance deverá ser apresentada em uma via, **contendo todas as especificações necessárias**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

13.2. A proposta comercial deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, **utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula**.

13.3. Deverá constar na proposta comercial o número da licitação, nome da empresa licitante, endereço, telefone e CNPJ.

13.4. As propostas comerciais que omitirem o prazo de validade, conforme determinado no Termo de Referência, serão entendidas como válidas pelo período de 120 (cento e vinte dias) dias, contados da data de inserção da proposta no sistema.

13.5. A elaboração da proposta comercial é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, quando essa proposta já tiver sido enviada para o Pregoeiro e CPL.

13.6. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação e conter oferta firme e precisa, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas no Edital.

13.7. Serão consideradas apenas as informações apresentadas na proposta comercial final readequada, tais como descrição do objeto, marca e demais dados constantes no **Anexo III** deste Edital.

13.8. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

13.8.1. Que não atenderem ou contrariarem às exigências do Edital e seus anexos ou à legislação aplicável.

13.8.2. Que sejam omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades capazes de dificultar sua análise.

13.8.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13.8.4. Que não informem as especificações que se façam necessárias dos produtos cotados.

13.9. **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, em especial à descrição do serviço constante no Anexo I - Termo de Referência.**

13.10. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a Instituição.

14. RECURSOS E CONTRARRAZOES

14.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso.

14.1.1. O prazo para manifestação de intenção de recurso será de 30 (trinta) minutos, contados

da habilitação do último item no sistema.

14.1.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido, autoriza o Pregoeiro ao ato de adjudicar o objeto à licitante vencedora no Sistema Comprasnet.

14.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.4. Não serão aceitos, para análise, os recursos registrados fora do prazo previsto acima e, em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Assessoria de Licitação, no endereço e horário mencionados nos itens **1.5** e **1.6**, respectivamente.

14.6. Os recursos serão julgados pela Autoridade Competente ou por quem esta delegar competência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para a apresentação das contrarrazões previstas no item **14.3**.

14.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Os recursos terão efeito suspensivo.

14.9. As respostas aos recursos e contrarrazões serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras.

15. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Declarada a licitante vencedora e decorridos os prazos recursais, o Pregoeiro consignará a decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando-se o Processo à Autoridade Competente para homologação e adjudicação. No Sistema Comprasnet, a adjudicação é realizada pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à Autoridade Competente.

16. INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Após a homologação e adjudicação o Senac em Minas entrará em contato com a licitante vencedora para a assinatura do instrumento contratual, que deverá ser atendido em todos os seus termos pela licitante.

16.1.1. O instrumento contratual será assinado eletronicamente, por meio de plataforma de assinatura eletrônica ou digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora, mediante o envio do instrumento contratual no endereço eletrônico informado na proposta comercial.

16.1.2. Caso a licitante vencedora apresente algum impedimento para assinatura nos moldes do item 16.1.1, o instrumento contratual será enviado pelos correios no endereço informado na proposta comercial.

16.2. A licitante vencedora terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do instrumento contratual, para proceder à sua assinatura e devolvê-lo ao Senac em Minas.

16.3. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante:

a) perda do direito à contratação;

b) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total homologado/adjudicado;

c) suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac, por prazo não superior a 2 (dois) anos

16.4. É facultado ao Senac em Minas, no caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos acima, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 16.3.

17. VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. Vigência contratual está prevista no **item 3** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

18. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

18.1. Condições de fiscalização e gestão estão previstas no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

19. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

19.1. Condições de execução estão previstas no **item 4** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Obrigações das partes estão previstas no **item 9** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

21. FORMA DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

21.1. Condições de faturamento e pagamento estão previstas no **item 10** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

22. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. Condições de Reequilíbrio Econômico-Financeiro estão previstas no **item 11** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

23. SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Condições de Subcontratação estão previstas no **item 13** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

24. PENALIDADES

24.1. Penalidades estão previstas no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É facultada ao Pregoeiro e CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.2. Ressalta-se que, ainda que as ações sejam realizadas no Sistema Comprasnet, a presente licitação é regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC, aprovada pelas Resoluções Senac nºs. 958/2012, 1.144/2020, 1.187/2022 e 1.205/2022 do Conselho Nacional do SENAC.

25.3. O cadastramento das propostas no site do Comprasnet implica na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos.

25.4. A inobservância pela Licitante do prazo fixado pelo Pregoeiro para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

25.5. O Pregoeiro poderá convocar técnicos para auxiliá-lo na avaliação das propostas comerciais e/ou documentos de qualificação técnica, caso o objeto licitado demande tais conhecimentos.

25.6. Em caso de divergência entre as especificações dos serviços inseridos no Sistema do Comprasnet e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes no Edital e seus Anexos.

25.7. A licitante responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou outro instrumento hábil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.8. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, proposta comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relacionados deverão ser escritos em língua portuguesa.

25.8.1. Excetua-se literatura técnica de apoio apresentada pela licitante, documentos suplementares a exemplo de impressos de caráter técnico e catálogos, que poderão ser redigidos/apresentados em língua estrangeira.

25.9. O Senac em Minas poderá, a qualquer momento cancelar ou revogar, total ou parcialmente esta licitação desde que justificado, bem como anulá-la, dando ciência de sua decisão aos participantes, sem que a estes caibam qualquer direito de reclamação ou

indenização.

25.10. O Pregoeiro e a CPL poderão, no interesse do Senac em Minas em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentados pelas licitantes.

25.11. Os custos e despesas com a elaboração e apresentação da Proposta Comercial e da documentação relativas ao presente Edital e anexos são de inteira responsabilidade da licitante não cabendo nenhuma indenização.

25.12. O presente Edital, seus Anexos e demais documentos do processo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outros, será considerado como especificado e válido.

25.13. Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.

25.14. A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência do Instrumento contratual, as condições fiscais e econômico-financeira apresentadas na fase de habilitação.

25.15. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Resolução SENAC nº 958/2012, nº 1.144/2020, nº 1.187/2022 e nº 1.205/2022.

25.16. O Senac em Minas poderá desclassificar as licitantes vencedoras por despacho fundamentado sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a referida empresa.

25.17. A licitante deverá atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período de vigência do Instrumento Contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

25.18. É responsabilidade da licitante acompanhar o andamento do processo no Portal de compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e/ou do Senac em Minas (www.mg.senac.br).

25.19. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de funcionamento do Senac em Minas.

25.20. Casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro e CPL ou por Autoridade Superior.

25.21. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes desta licitação.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2022.

Rogério Sampaio de Castro
Pregoeiro do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para alunos, estagiários e ex-alunos em atividade/representação pelo SENAC em Minas, conforme especificações constantes neste documento.

2. CENTRO DE CUSTO

2.1. As despesas concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas por meio do(s) Centro de Custo(s) abaixo:

UNIDADE	CENTRO DE CUSTOS
Centro de Educação Profissional Senac Alfenas	05920101
Centro de Educação Profissional Senac Araxá	02820101
Centro de Educação Profissional Senac Barbacena	00920101
Centro de Educação Profissional Senac Belo Horizonte	00620101
Centro de Formação Profissional Betim	05820101
Centro de Educação Profissional Senac Cons. Lafaiete	03120101
Centro de Educação Profissional Senac Coromandel	02720101
Centro de Educação Profissional Senac Coronel Fabriciano	01920101
Centro de Educação Profissional Senac Curvelo	04520101
Centro de Educação Profissional Senac Diamantina	04020101
Centro de Educação Profissional Senac Divinópolis	04620101
Faculdade Senac Minas Contagem	03320101
Centro de Educação Profissional Senac Governador Valadares	01320101
Centro Padrão Guaxupé	02920101
Centro Padrão de Ipatinga	03420101
Unidade de Apoio Itabira	04320101
Centro de Educação Profissional Senac Itajubá	01420101
Centro de Educação Profissional Senac Ituiutaba	02620101
Centro de Educação Profissional Senac Juiz de Fora	01020101
Centro de Formação Profissional Lavras	07220101
Centro de Educação Profissional Senac Manhuaçu	02520101
Centro de Educação Profissional Senac Montes Claros	01520101
Núcleo de Pós-Graduação	02120101
Centro Padrão Patos de Minas	03220101
Centro de Formação Profissional Poços de Caldas	01620101
Centro de Formação Profissional Pouso Alegre	03520101
Centro de Formação Profissional Senac São João Del Rei	06220101
Centro de Formação Profissional Sete Lagoas	00520101
Centro de Educação Profissional Senac Três Corações	03920101
Centro de Formação Profissional Uberaba	01220101
Centro de Formação Profissional Uberlândia	01120101
Centro de Formação Profissional Varginha	01820101
Centro de Educação Profissional Senac Venda Nova	06420101
Hub de Gastronomia e Turismo Senac em Minas	02420101
Centro de Formação Profissional Patrocínio	09420101

3. VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura digital do CONTRATANTE, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termos aditivos, se houver interesse comum entre as partes.

3.1.1. Caso a assinatura do CONTRATANTE seja física, a vigência será contada a partir da data

informada na página de assinaturas.

3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada além do prazo acima, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que seja comprovado, mediante pesquisa de mercado, que o preço contratado atualizado se mantém vantajoso a cada prorrogação.

3.2. O objeto deste instrumento visa garantir a todos os alunos do Senac em Minas, a segurança e o conforto em caso de sinistros ocorridos em atividades administrativas e/ou pedagógicas; tem ainda por objetivo o cumprimento da exigência em programas sociais governamentais nos quais os alunos encontram-se matriculados; e, por fim, atender aos ditames descritos na Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Considerando que a contratação de seguro escolar apoia a realização de atividades essenciais da Instituição, justifica-se sua caracterização como serviço de natureza continuada.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO A SER CONTRATADO

4.1. O seguro coletivo contra acidentes pessoais deverá contemplar a cobertura de morte acidental, invalidez total ou permanente por acidente e despesas médico hospitalares e odontológicas, cujo grupo segurado será composto por alunos do CONTRATANTE, prevendo a possibilidade de inclusões e exclusões no decorrer da vigência contratual.

4.2. Deverão ser consideradas as quantidades médias estimadas de:

- a. 32.000 (trinta e duas mil) vidas/mês;
- b. 384.000 (trezentos e oitenta e quatro mil) vidas/ano.

4.3. Inclusões, alterações e/ou exclusões dos segurados:

4.3.1. A partir da assinatura do contrato e emissão da Apólice, o CONTRATANTE enviará a relação dos discentes, ficando a CONTRATADA obrigada a assegurar imediatamente os beneficiários.

4.3.2. Inclusões, alterações e/ou exclusões serão feitas mediante atualização do banco de dados do Sistema Acadêmico enviada mensalmente pelo CONTRATANTE.

4.3.3. O seguro deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a rotatividade de alunos pelo CONTRATANTE.

4.3.4. O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos alunos e a exclusão de ex-alunos pelo CONTRATANTE.

4.4. A Seguradora contratada seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

4.5. Prazo de execução:

4.5.1. O seguro deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do instrumento contratual.

4.6. Cobertura:

4.6.1. A cobertura será de 24 (vinte e quatro) horas/dia, em tempo integral ao período referente a atividade/representação pelo CONTRATANTE, sendo ela administrativa ou pedagógica, em todo o território nacional e internacional.

4.6.2. Durante a implantação da apólice, o início de vigência do risco individual, será contado a partir da data de início do contrato do aluno.

4.6.2.1. Poderá ocorrer cobertura retroativa de até 45 dias, em casos de sinistros com alunos matriculados no período anterior ao envio da listagem de alunos.

4.6.3. A apólice de seguro contratada deverá garantir as seguintes coberturas e capital:

a. Morte Acidental (MAC): pagamento do capital segurado individual, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro;

b. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): pagamento de indenização, limitada ao valor do capital segurado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação por laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos;

c. Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO): reembolso das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do capital segurado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

d. Auxílio Funeral (AF): reembolso das despesas com o funeral por morte acidental com o valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.6.3.1. Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, ou seja, para cada segurado incluído na apólice.

4.6.3.2. Os capitais acima terão vigência a partir da efetiva implantação do seguro. Para novas inclusões será considerada como início da vigência a data de matrícula do aluno.

4.7. Apólice:

4.7.1. A apólice de seguro será coletiva, com emissão de certificado individual e nominal a cada um dos alunos pelo CONTRATANTE, quando solicitado, e a forma de custeio será não contributória.

4.7.2. A adesão será compulsória, abrangendo todo grupo segurável.

4.7.3. Não haverá franquias e/ou carências para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.

4.7.4. A apólice coletiva e certificados individuais dos segurados deverão ser enviados por e-mail e entregues na Sede Administrativa do CONTRATANTE aos cuidados do gestor do contrato, quando solicitado.

4.8. Sinistro:

4.8.1. Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos segurados e/ou beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução do pagamento.

4.8.2. A comprovação para a cobertura do beneficiário será o registro efetivo do aluno no Sistema Acadêmico do CONTRATANTE.

4.9. A CONTRATADA responderá a qualquer solicitação feita pelo CONTRATANTE através de meio eletrônico e/ou ofícios devidamente registrados em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de solicitação.

4.10. Rateio mensal:

4.10.1. Será encaminhada mensalmente à CONTRATADA a listagem de alunos com registro efetivo no Sistema Acadêmico do CONTRATANTE referente ao mês correspondente.

4.10.2. O valor mensal do rateio deverá considerar o cálculo:

$\text{Valor total mês} = \sum (\text{aluno} \times \text{valor unitário contratado})$
--

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já prestou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo.

5.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo

empresarial.

5.3. O Senac em Minas poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o serviço apresentado no atestado foi prestado.

5.4. A licitante deverá apresentar Certidão de Regularidade da seguradora, expedida pela SUSEP (Ministério da Fazenda – Superintendência de Seguros Privados).

6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA-FINANCEIRA

6.1. Comprovantes e índices:

6.1.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED.

6.1.1.1. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

6.1.2. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial.

6.1.3. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social, nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

a) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;

b) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado a data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

I - Demonstrações de Resultado:

II - Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III - Demonstrações de fluxo de caixa, na forma da lei.

6.1.4. A comprovação da boa situação financeira das licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

6.1.4.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas a curto e longo prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

6.1.4.2. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.1.4.3. ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

6.1.5. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

6.1.6. A licitante que não atingir um dos índices (≥ 1), deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

6.1.7. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1. O valor contratado por vida é fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

7.2. Para formulação da proposta, a seguradora deverá levar em consideração a quantidade média mensal de 32.000 (Trinta e duas mil) vidas, definindo um valor unitário e multiplicando por 12 (doze) meses.

7.3. A inclusão de vantagens ou benefícios adicionais ao objeto deste Termo de Referência não será considerada no julgamento da proposta.

7.4. A quantidade mensal é uma estimativa, consequentemente os valores a serem faturados sofrerão variações para mais ou para menos em função da mudança quantitativa no quadro de alunos/ex-alunos do Senac em Minas, não estando o CONTRATANTE obrigado a executar em sua totalidade o valor do prêmio estimado para os períodos e não cabendo CONTRATADA pleitear qualquer indenização.

7.5. A proposta comercial deverá ser apresentada, indicando o valor unitário por vida e valor total estimado mensal e anual, conforme modelo abaixo, além da identificação da empresa, informando razão social, CNPJ, endereço, dados para contato e dados do responsável pela sua elaboração.

Item	Quantidade estimada mensal	Valor unitário por vida/dia	Valor total mensal (Quantidade estimada * valor unitário * 30 dias)	Valor total anual (valor total mensal* 12 meses)
Seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para os alunos e ex-alunos do SENAC em Minas	32.000	(*)	(**)	(***)

(*) - valor unitário por vida, utilizando até quatro casas decimais após a vírgula, sendo esse valor considerado por dia para cada aluno.

(**) – valor total, mensal, utilizando até duas casas decimais após a vírgula.

(***) – valor total anual, utilizando até duas casas decimais após a vírgula.

7.6. A proposta comercial deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua emissão.

7.7. Os valores ofertados deverão incluir todos os custos e despesas diretas e indiretas para a execução do objeto, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, *condições de execução e de faturamento*.

7.8. A apresentação da proposta comercial implicará na aceitação plena de todos os termos e condições deste instrumento, em especial às especificações do objeto constantes neste termo.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Para julgamento das propostas levar-se-á em consideração o MENOR PREÇO POR ITEM.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações genéricas da CONTRATADA estarão descritas na minuta do instrumento contratual.

9.2. A seguradora disponibilizará um canal de comunicação ao Senac em Minas por telefone, internet e atendimento personalizado, com toda a infraestrutura necessária para a perfeita execução do contrato, a fim de garantir comunicação eficaz e agilidade dos processos e sinistros.

9.3. A seguradora designará um representante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual após a contratação.

9.4. A seguradora oferecerá o seguro 7 dias por semana, 24 horas por dia, em todo território nacional e internacional.

9.5. Obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

9.6. O Plano de Seguro deverá conter todos os elementos mínimos obrigatórios regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em conformidade com o determinado na Resolução CNSP 117/2004, Circular SUSEP 302/2005 e Circular SUSEP 317/2006.

9.7. A seguradora e os corretores vinculados deverão manter cadastro junto à SUSEP, possibilitando a consulta por parte do segurado a qualquer tempo.

9.8. Os planos de seguro devem estar registrados na SUSEP.

9.9. Apresentar, a cada mês, documento de cobrança, acompanhado do relatório de faturamento com os dados dos segurados mantendo as informações fornecidas pelo SENAC em Minas.

9.10. Relatar ao Senac em Minas toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução contratual.

9.11. Zelar pela perfeita execução do objeto contratado, providenciando a correção de toda e qualquer falha que porventura ocorra, sem prejudicar os segurados.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.13. Atender as solicitações do Senac em Minas, mediante atendimento telefônico e/ou e-mail para resolução de problemas apresentados, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre sua utilização.

10. FORMA DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (P.C.) e no contrato.

10.2. Para efeito de cobrança (emissão da fatura para pagamento) deverão ser computadas todas as solicitações (inclusão, alteração e exclusão) recebidas mensalmente do dia 06 (seis) do mês anterior ao dia 05 (cinco) do mês corrente.

10.2.1. Deverá ser gerado uma única fatura referente ao período de 06 (seis) do mês anterior ao dia 05 (cinco) do mês corrente.

10.2.2. A CONTRATADA terá o prazo de 04 (quatro) dias para encaminhar ao SENAC em Minas o relatório com os valores para devida conferência pelo fiscal do contrato.

10.2.3. O CONTRATANTE em Minas terá o prazo de 04 (quatro) dias para aprovação dos referidos valores. Caso o CONTRATANTE conteste os valores apresentados, a CONTRATADA terá o prazo de

03 (três) dias para retificar o relatório e reapresentá-lo com os valores devidos.

10.3. Após a aprovação do CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para entrega da fatura e boleto bancário.

10.4. As faturas deverão ser emitidas e enviadas até o 20º (vigésimo) dia do mês e deverá constar expressamente o número do Pedido de Compra e do Contrato.

10.4.1. As faturas enviadas sem as informações e/ou fora dos prazos estipulados não serão aceitas e deverão ser canceladas.

10.5. As faturas deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o email senacminas.nfe@mg.senac.br e para email do fiscal do instrumento contratual que será informado após a assinatura do referido instrumento.

10.5.1. O CONTRATANTE não se responsabilizará se o documento fiscal for enviado em outros emails, a não ser os informados, ficando totalmente isento de multas e juros, se por ventura ocorrer.

10.6. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz, de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	Razão Social	Endereço	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas	Rua dos Tupinambás, 1086 – Centro. Belo Horizonte – MG. CEP: 30.120-070	ISENTO	0.303.190/003-2

10.7. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite do Fiscal do Contrato nomeado pelo CONTRATANTE será liberado o pagamento.

10.8. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias corridos após a emissão da fatura e boleto.

10.9. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura e constando o número da mesma.

10.10. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

10.11. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a terceiros.

11. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Os valores referidos para a realização do objeto desta licitação, poderão ser reajustados pelo IGP-M (FGV), depois de completados 12 (doze) meses de vigência, de forma a manter o equilíbrio do contrato. Caso o IGP-M (FGV) seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

12. PENALIDADES

12.1. As condições de aplicação das penalidades estarão descritas na minuta do instrumento contratual.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será aceito subcontratação, cessão ou transferência do objeto do contrato, salvo por autorização expressa por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

13.2. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.



ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS ESTIMADOS

Item	Quantidade estimada mensal	Valor unitário por vida/dia	Valor total mensal (Quantidade estimada * valor unitário * 30 dias)	Valor total anual (valor total mensal 12 meses)
Seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para os alunos e ex-alunos do SENAC em Minas	32.000	0,0403	R\$38.688,00	R\$464.256,00



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Belo Horizonte _____ de _____ de 2022.

CARTA PROPOSTA referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 044/2022.

Ao Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitação do Senac em Minas

Prezados Senhores,

Para a contratação de seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para alunos, estagiários e ex-alunos em atividade/representação pelo SENAC em Minas, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

A empresa _____, localizada na _____, CNPJ: _____ signatária desta proposta, apresenta-se como licitante a assumir a execução do objeto da licitação em estrita conformidade com os documentos pertinentes. A signatária propõe-se a fornecer integralmente o objeto desta licitação, nos preços descritos abaixo:

Item	Quantidade estimada mensal	Valor unitário por vida/dia	Valor total mensal (Quantidade estimada * valor unitário * 30 dias)	Valor total anual (valor total mensal* 12 meses)

**A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em especial à descrição do item constante no Anexo I - Termo de Referência.*

() - valor unitário por vida, utilizando até quatro casas decimais após a vírgula, sendo esse valor considerado por dia para cada aluno.*

*(**) – valor total, mensal, utilizando até duas casas decimais após a vírgula.*

*(***) – valor total anual, utilizando até duas casas decimais após a vírgula.*

1. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo **120 (cento e vinte)** dias contados da sua emissão.

2. Declaramos que nos valores estão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Endereço Correio Eletrônico: _____

ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



CONTRATO DE SEGURO DE VIDA
Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/2022
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item
Contrato nº xxxx/2022 – Processo Administrativo nº xxxx/2022

O **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 61.843 de 05 de dezembro de 1967 e alterações posteriores, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 1.086, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-076, legalmente representado pelo(a) Diretor(a) Regional ou Diretor(a) Regional Adjunto(a), na condição de **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na XXX, nº X, Bairro, Cidade/UF, CEP: XXXX, por seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXXXX**, na condição de **CONTRATADA**, resolvem, em comum acordo, celebrar o presente contrato, com fundamento na Resolução SENAC nº 958/2012 e demais normas aplicáveis, na forma seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para alunos, estagiários e ex-alunos em atividade/representação pelo CONTRATANTE, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- 2.1.1. Proposta comercial da CONTRATADA.
- 2.1.2. Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/2022.
- 2.1.3. Pedido de Compra do Contratante nº xxxx.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura digital do CONTRATANTE, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termos aditivos, se houver interesse comum entre as partes.

- 3.1.1. Caso a assinatura do CONTRATANTE seja física, a vigência será contada a partir da data informada na página de assinaturas.
- 3.1.2. A vigência poderá ser prorrogada além do prazo acima, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, desde que seja comprovado, mediante pesquisa de mercado, que o preço contratado atualizado se mantém vantajoso a cada prorrogação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. O seguro coletivo contra acidentes pessoais deverá contemplar a cobertura de morte acidental, invalidez total ou permanente por acidente e despesas médico hospitalares e odontológicas, cujo

grupo segurado será composto por alunos do CONTRATANTE, prevendo a possibilidade de inclusões e exclusões no decorrer da vigência contratual.

4.2. Deverão ser consideradas as quantidades médias estimadas de:

4.2.1. 32.000 (trinta e duas mil) vidas/mês;

4.2.2. 384.000 (trezentos e oitenta e quatro mil) vidas/ano.

4.3. **Inclusões, alterações e/ou exclusões dos segurados:**

4.3.1. A partir da assinatura do contrato e emissão da apólice, o CONTRATANTE enviará a relação dos discentes, ficando a CONTRATADA obrigada a assegurar imediatamente os beneficiários.

4.3.2. Inclusões, alterações e/ou exclusões serão feitas mediante atualização do banco de dados do Sistema Acadêmico (SA) enviada mensalmente pelo CONTRATANTE.

4.3.3. O seguro deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a rotatividade de alunos do CONTRATANTE.

4.3.4. O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos alunos e a exclusão de ex-alunos pelo CONTRATANTE.

4.4. A CONTRATADA seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, ambas criadas pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

4.5. **Prazo de execução:**

4.5.1. O seguro deverá ser iniciado imediatamente após a assinatura do instrumento contratual.

4.6. **Cobertura:**

4.6.1. A cobertura será de 24 (vinte e quatro) horas/dia, em tempo integral ao período referente a atividade/representação pelo CONTRATANTE, sendo ela administrativa ou pedagógica, em todo o território nacional e internacional.

4.6.2. Durante a implantação da apólice, o início de vigência do risco individual, será contado a partir da data de início do contrato do aluno.

4.6.2.1. Poderá ocorrer cobertura retroativa de até 45 (quarenta e cinco) dias, em casos de sinistros com alunos matriculados no período anterior ao envio da listagem de alunos.

4.6.3. A apólice de seguro contratada deverá garantir as seguintes coberturas e capital:

a) Morte Acidental (MAC): pagamento do capital segurado individual, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro;

b) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): pagamento de indenização, limitada ao valor do capital segurado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação por laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos;

c) Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO): reembolso das despesas

médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do capital segurado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

d) Auxílio Funeral (AF): reembolso das despesas com o funeral por morte acidental com o valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4.6.4. Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, ou seja, para cada segurado incluído na apólice.

4.6.5. Os capitais acima terão vigência a partir da efetiva implantação do seguro. Para novas inclusões será considerada como início da vigência a data de início do contrato do aluno

4.7. **Apólice:**

4.7.1. A apólice de seguro será coletiva, com emissão de certificado individual e nominal a cada um dos alunos do CONTRATANTE, quando solicitado, e a forma de custeio será não contributária.

4.7.2. A adesão será compulsória, abrangendo todo grupo segurável.

4.7.3. Não haverá franquias e/ou carências para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.

4.7.4. A apólice coletiva e certificados individuais dos segurados deverão ser enviados por e-mail e entregues na Sede Administrativa do CONTRATANTE aos cuidados do gestor do contrato, quando solicitado.

4.8. **Sinistro:**

4.8.1. Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos segurados e/ou beneficiários no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução do pagamento.

4.8.2. A comprovação para a cobertura do beneficiário será o registro efetivo do aluno no Sistema Acadêmico do CONTRATANTE.

4.9. A CONTRATADA responderá a qualquer solicitação feita pelo CONTRATANTE através de meio eletrônico e/ou ofícios devidamente registrados em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de solicitação.

4.10. **Rateio mensal:**

4.10.1. Será encaminhada mensalmente à CONTRATADA a listagem de alunos com registro efetivo no Sistema Acadêmico (SA) do CONTRATANTE referente ao mês correspondente.

4.10.2. O valor mensal do rateio deverá considerar o cálculo:

$\text{Valor total mês} = \sum (\text{aluno} \times \text{valor unitário contratado})$
--

4.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de comunicação ao CONTRATANTE por telefone, internet e atendimento personalizado, com toda a infraestrutura necessária para a perfeita execução do contrato, a fim de garantir comunicação eficaz e agilidade dos processos e sinistros.

4.12. A CONTRATADA designará, após a contratação, um representante para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual.

4.13. O Plano de Seguro deverá conter todos os elementos mínimos obrigatórios regulamentados

pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em conformidade com o determinado na Resolução CNSP 117/2004, Circular SUSEP 302/2005 e Circular SUSEP 317/2006.

4.14. A CONTRATADA e os corretores vinculados deverão manter cadastro junto à SUSEP, possibilitando a consulta por parte do segurado a qualquer tempo.

4.15. Os planos de seguro devem estar registrados na SUSEP.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ xxxx (xxxx) para o período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

Item	Quantidade estimada mensal	Valor unitário por vida/dia	Valor total mensal (Quantidade estimada * valor unitário * 30 dias)	Valor total anual (valor total mensal* 12 meses)
Seguro escolar contra acidentes pessoais, do tipo coletivo, para os alunos e ex-alunos do SENAC em Minas	32.000	(*)	(**)	(***)

5.2. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (PC) e no contrato.

5.3. Para efeito de cobrança (emissão da fatura para pagamento) deverão ser computadas todas as solicitações (inclusão, alteração e exclusão) recebidas mensalmente do dia 06 (seis) do mês anterior ao dia 05 (cinco) do mês corrente.

5.3.1. Deverá ser gerada uma única fatura referente ao período de 06 (seis) do mês anterior ao dia 05 (cinco) do mês corrente.

5.3.2. A CONTRATADA terá o prazo de 04 (quatro) dias para encaminhar ao CONTRATANTE o relatório com os valores para devida conferência pelo fiscal do contrato.

5.3.3. O CONTRATANTE terá o prazo de 04 (quatro) dias para aprovação dos referidos valores. Caso o CONTRATANTE conteste os valores apresentados, a CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias para retificar o relatório e reapresentá-lo com os valores devidos.

5.4. Após a aprovação do CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para entrega da fatura e boleto bancário.

5.5. As faturas deverão ser emitidas e enviadas até o 20º (vigésimo) dia do mês e deverá constar expressamente o número do Pedido de Compra (PC) e do Contrato.

5.5.1. As faturas enviadas sem as informações e/ou fora dos prazos estipulados não serão aceitas e deverão ser canceladas.

5.5.2. As faturas deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o e-mail senacminas.nfe@mg.senac.br e para e-mail do fiscal do instrumento contratual que será informado após a assinatura do referido instrumento.

a) O CONTRATANTE não se responsabilizará se o documento fiscal for enviado em outros e-mails, a não ser os informados, ficando totalmente isento de multas e juros, se porventura ocorrer.

5.6. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz, de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas	Rua dos Tupinambás, 1086 – Centro. Belo Horizonte – MG. CEP: 30.120-070	ISENTO	0.303.190/003-2

5.7. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite do fiscal do contrato nomeado pelo CONTRATANTE será liberado o pagamento.

5.8. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias corridos após a emissão da fatura e boleto.

5.8.1. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura e constando o número dela.

5.8.2. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

5.9. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a terceiros.

5.10. Os valores referidos no item 5.1 deste instrumento poderão ser reajustados decorridos 12 (doze) meses de vigência, pelo IGP-M (FGV), de forma a manter o equilíbrio do contrato. Caso o IGP-M (FGV) seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

5.10.1. Os valores somente serão reajustados mediante solicitação formal da CONTRATADA.

5.10.2. A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo a data a que contratualmente faria jus, se não o fizer dentro do mês de aniversário do contrato, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas e custas do CONTRATANTE, concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas através do Centro de Custo abaixo:

UNIDADE	CENTRO DE CUSTOS
Centro de Educação Profissional Senac Alfenas	05920101
Centro de Educação Profissional Senac Araxá	02820101
Centro de Educação Profissional Senac Barbacena	00920101
Centro de Educação Profissional Senac Belo Horizonte	00620101
Centro de Formação Profissional Betim	05820101
Centro de Educação Profissional Senac Cons. Lafaiete	03120101

UNIDADE	CENTRO DE CUSTOS
Centro de Educação Profissional Senac Coromandel	02720101
Centro de Educação Profissional Senac Coronel Fabriciano	01920101
Centro de Educação Profissional Senac Curvelo	04520101
Centro de Educação Profissional Senac Diamantina	04020101
Centro de Educação Profissional Senac Divinópolis	04620101
Faculdade Senac Minas Contagem	03320101
Centro de Educação Profissional Senac Governador Valadares	01320101
Centro Padrão Guaxupé	02920101
Centro Padrão de Ipatinga	03420101
Unidade de Apoio Itabira	04320101
Centro de Educação Profissional Senac Itajubá	01420101
Centro de Educação Profissional Senac Ituiutaba	02620101
Centro de Educação Profissional Senac Juiz de Fora	01020101
Centro de Formação Profissional Lavras	07220101
Centro de Educação Profissional Senac Manhuaçu	02520101
Centro de Educação Profissional Senac Montes Claros	01520101
Núcleo de Pós-Graduação	02120101
Centro Padrão Patos de Minas	03220101
Centro de Formação Profissional Poços de Caldas	01620101
Centro de Formação Profissional Pouso Alegre	03520101
Centro de Formação Profissional Senac São João Del Rei	06220101
Centro de Formação Profissional Sete Lagoas	00520101
Centro de Educação Profissional Senac Três Corações	03920101
Centro de Formação Profissional Uberaba	01220101
Centro de Formação Profissional Uberlândia	01120101
Centro de Formação Profissional Varginha	01820101
Centro de Educação Profissional Senac Venda Nova	06420101
Hub de Gastronomia e Turismo Senac em Minas	02420101
Centro de Formação Profissional Patrocínio	09420101

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, nos horários previamente acordados, desde que devidamente identificados.
- 7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 7.3. Efetuar o pagamento devido nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 7.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do objeto contratado, fixando prazo para sua correção, caso necessário.
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 7.6. Aplicar à CONTRATADA, as penalidades cabíveis, quando necessário.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 8.2. Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3. Informar imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer alterações que se fizerem nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 8.4. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para

a execução do objeto.

8.5. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução do objeto contratado, ou causados por seus empregados ou prepostos.

8.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, conforme especificações deste instrumento.

8.7. Devolver os termos aditivos e documentos relacionados ao contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento.

8.8. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a execução do contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte deste.

8.9. Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

8.10. Comunicar ao fiscal do contrato a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do objeto contratado.

8.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE.

8.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções.

8.13. Assumir integral e exclusiva responsabilidade por toda e qualquer operação de tratamento de dados pessoais, desde a coleta, armazenamento, cuja utilização deverá ser realizada nos fins previamente consentidos por seus clientes, consumidores e demais titulares, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

8.14. Manter o seguro 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todo território nacional e internacional.

8.15. Obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

8.16. Apresentar, a cada mês, documento de cobrança, acompanhado do relatório de faturamento com os dados dos segurados mantendo as informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

8.17. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do contrato.

8.18. Atender as solicitações do CONTRATANTE, mediante atendimento telefônico e/ou e-mail para resolução de problemas apresentados, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre sua utilização.

9. CLÁUSULA NONA – DA RELAÇÃO MÚTUA DAS PARTES

9.1. Fica expressamente estabelecido que o presente contrato não implica sociedade e/ou participação a qualquer título, de uma empresa em outra e nem vínculo de natureza trabalhista, não podendo ser jamais interpretado de modo a credenciar a outra como preposta, e nem a assumir, em

nome da outra, qualquer obrigação, tácita ou expressa, nem gera, entre elas, solidariedade nos termos do Artigo 265 e seguintes do Código Civil, não implicando, outrossim, exclusividade com relação a qualquer das partes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

10.1. A CONTRATADA deverá atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização e gestão do contrato serão exercidas por colaboradores devidamente designados em documento apartado, oportunamente anexado ao processo administrativo.

11.2. O CONTRATANTE exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contrato, do cumprimento das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos e subordinados.

11.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, com competência para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las, e representá-la durante a execução contratual.

11.4. O CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, se em desacordo com o termo de referência e com o contrato, por meio de documento formal, fazendo constar o motivo e a fundamentação, fixando prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.6. A fiscalização de que trata essa cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

12.2. As partes se comprometem a cooperar entre si, auxiliando, na medida do razoável, no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais vigente, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com

relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto do presente contrato.

12.2.1. O disposto no item anterior, ou eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte responsável, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

12.2.2. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, cada parte será a única responsável por eventual acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda dos dados pessoais relativos aos tratamentos de sua responsabilidade e considerando-se, ainda, sua classificação em CONTROLADOR ou OPERADOR em determinada atividade.

12.2.3. A responsabilidade será imputada em conformidade com a ação e omissão culposa de cada uma das partes, devidamente apuradas, sendo que aquela que infringir os termos da legislação vigente e do presente, ficará obrigada a ressarcir a outra parte, na mesma medida dos danos.

12.2.4 Caso as partes sejam demandadas por qualquer pessoa, autoridade ou entidade, pública ou privada, em razão de vazamento de dados que estavam sob responsabilidade da outra parte fica garantido o direito de chamamento ao processo, ou denúncia à lide, nos termos do Código de Processo Civil – conforme a classificação adotada no presente e apuração de responsabilidade quanto ao incidente e o direito de regresso, garantido pela legislação civil vigente.

12.3. A CONTRATADA declara-se ciente e concorda que o CONTRATANTE, em decorrência desse instrumento, poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações pessoais e dados prestados pela CONTRATADA (“Dados Protegidos”), exclusivamente para fins específicos relacionados ao objeto deste instrumento jurídico.

12.3.1. A CONTRATADA deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

12.4. A CONTRATADA se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, que se originem e sejam criados a partir do tratamento de tais dados, que tenham acesso em razão do presente contrato.

12.5. A CONTRATADA se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo CONTRATANTE, nos casos de requisição do titular de dados pessoais.

12.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATANTE ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a CONTRATADA.

12.7. Cada parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste contrato.

12.8. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da CONTRATADA, deverá ser comunicado ao CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será aceito subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratado, salvo por autorização expressa por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

13.2. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou qualquer inadimplemento, o CONTRATANTE poderá, por meio do gestor do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência por escrito, sempre que verificadas falhas corrigíveis.

14.1.2. Multa, cumulável com as demais penalidades:

a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

b) de 20% (vinte por cento) após 30 (trinta) dias de atraso, calculada sobre o valor total do contrato.

c) de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por qualquer outro inadimplemento contratual.

14.1.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 02 (dois) anos.

14.2. As penalidades estabelecidas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, independentemente da ordem escalonada, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, administrativas ou judiciais.

14.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

14.3.1. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento no prazo previsto no item 14.3 o valor da multa será descontado do crédito existente junto ao CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA.

14.3.2. Caso o valor descontado não seja suficiente para pagamento da multa, a CONTRATADA será notificada para recolher a diferença devida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação enviada pelo CONTRATANTE, sob pena de execução.

14.3.3. Caso não exista crédito junto ao CONTRATANTE esse adotará as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a execução da multa.

14.4. Na aplicação de qualquer penalidade prevista neste instrumento, será facultada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O CONTRATANTE, a qualquer tempo, por questões administrativo-financeiras, mediante aviso prévio por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá rescindir o presente contrato, desde que efetue todos os pagamentos à CONTRATADA, pelo que foi executado até o momento da

rescisão.

15.2. O CONTRATANTE também poderá rescindir o presente contrato, reclamando perdas e danos, independentemente de qualquer procedimento judicial, mediante comunicação escrita, se a CONTRATADA:

15.2.1. Descumprir obrigação contratual;

15.2.2. Entrar em processo de falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

15.2.3. Demonstrar manifesta incapacidade na execução do objeto do presente contrato, no tempo e na qualidade contratados;

15.2.4. Der causa à suspensão da execução por determinação das autoridades competentes.

15.3. A CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato se o CONTRATANTE deixar de efetuar os pagamentos devidos por prazo superior a 90 (noventa) dias.

15.4. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo das demais penalidades, inclusive a de suspensão do direito de licitar.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É vedada à CONTRATADA a utilização do presente instrumento para respaldar como garantia qualquer tipo de operação financeira.

16.2. No que concerne à natureza jurídica da relação ora pactuada, o presente instrumento revoga e substitui todos os entendimentos verbais ou escritos, havidos anteriormente, constituindo-se como o único documento que regula os direitos e obrigações das partes.

16.3. Nenhuma tolerância quanto ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo entre as partes, com respaldo na legislação brasileira.

16.5. As partes declaram para todos os fins de direito que tiveram prévio conhecimento das cláusulas contratuais por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dúvida ou contradição, estando cientes dos direitos e obrigações previstas neste instrumento.

16.6. O presente instrumento representa todo o entendimento havido entre as partes e quaisquer alterações em seus termos e condições apenas prevalecerão se formalizadas por meio de termo aditivo.

16.7. Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.

16.8. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

16.8.1. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item 16.8, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Como alternativa à assinatura física, as partes declaram e concordam que as assinaturas poderão ser efetuadas em formato eletrônico, por meio de certificados eletrônicos e digitais, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2 e da legislação vigente da autoridade certificadora ICP-Brasil, sendo a respectiva folha de assinaturas documento integrante e inseparável deste instrumento, sob pena de nulidade. As partes declaram, ainda e desde já, reconhecerem a veracidade, autenticidade e validade deste instrumento e de seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas
Diretoria Regional

Nome do contratado
Nome do Representante Legal

Testemunhas:

1) _____
Nome:

2) _____
Nome: